

CADERNO DE PROVA

Prefeitura de Florianópolis

Concurso Público • Edital nº 010/2015

<http://fpolisguardamunicipal.fepese.org.br>

PMF | Guarda Municipal



Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.



18 de outubro



40 questões



das 14 às 18 h



4 h de duração*

Conhecimentos Gerais

(20 questões)

Língua Portuguesa

5 questões

A Vida de Volta à Floresta

Ambicioso projeto pretende resgatar a fauna original do Parque Nacional da Tijuca, pedaço reflorestado da Mata Atlântica no Rio que foi mandado plantar por dom Pedro II.

Jennifer Ann Thomas

A Floresta da Tijuca, no coração do Rio, serve de **emblema** do conflito entre progresso e natureza que marca a história do Brasil desde o descobrimento, em 1500. “Nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do **machado da ignorância**; com o andar do tempo faltarão até chuvas fecundantes, que favorecem a vegetação”, previu o estadista, naturalista e poeta José Bonifácio em 1823, ao ver a Tijuca sendo desmatada. Por séculos, a floresta foi devastada para dar lugar a cafezais. Bonifácio foi tutor de Pedro II, e influenciou as ideias ambientalistas do último imperador do país. Foi de Pedro II a iniciativa de reverter a situação da Tijuca. Em 1861, antes mesmo da criação do simbólico parque de Yellowstone, nos Estados Unidos – marca do início das preocupações conservacionistas no planeta, ideia tão **em voga** hoje -, o imperador expulsou fazendeiros e instituiu a área protegida da Floresta da Tijuca. **O local estava desflorestado, e levou um século** para, em 1961, a flora ser resgatada e a região virar um parque, **que ocupa 3,5%** do território da **capital fluminense** [...] e **é considerado** a maior floresta urbana replantada do mundo. O **habitat**, porém, ainda é tido como “morto” por ambientalistas, pois, se há nele 1.619 espécies de planta, faltam animais. A boa notícia: teve início um extraordinário esforço para recriar a Mata Atlântica original. Desta vez, o que se quer é reviver a fauna da Tijuca.”

Fonte: REVISTA VEJA, São Paulo, v.48, n.28, p.80-83, 15 jul. 2015.

1. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F), de acordo com o texto.

- () O conflito entre progresso e natureza existe porque o Brasil enfrenta, desde a época do Império, problemas com a indústria da construção civil.
- () A História nos mostra que, no Brasil, já no século 19 havia preocupação com o meio ambiente.
- () Poucos sabem que José Bonifácio era naturalista, o que justifica seu interesse pelo meio ambiente.
- () Graças a Dom Pedro II, influenciado pelo Patriarca da Independência, a Floresta da Tijuca foi recuperada e restituída ao povo carioca.
- () O parque de Yellowstone, nos Estados Unidos, foi criado depois da instituição da área protegida da Floresta da Tijuca.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V • V • V • V • F
- b. () V • F • F • V • V
- c. () F • F • F • V • V
- d. (X) F • V • V • V • V
- e. () F • V • V • V • F

2. Em “Foi de Pedro II a iniciativa de reverter a situação da Tijuca”, o sujeito da oração é:

- a. () Pedro II
- b. (X) A iniciativa
- c. () Foi de Pedro II
- d. () A situação da Tijuca
- e. () Reverter a situação

3. Identifique abaixo as afirmativas corretas (C) e as erradas (E), em relação aos destaques no texto.

- () A palavra “**emblema**” pode ser substituída por símbolo, sem alterar o significado e sem ferir a norma culta da língua portuguesa escrita.
- () Em “...**machado da ignorância**...”, a autora usa linguagem figurada.
- () A expressão “**em voga**” significa moderna.
- () Em “**O local estava desflorestado**”, a palavra local se refere à Floresta da Tijuca.
- () Em “... **e levou um século**...”, a autora usa linguagem conotativa.
- () O que, em “...**que ocupa 3,5%**...” é um pronome relativo que pode ser substituído por o qual.
- () O gênero em “...**é considerado**...” faz concordância com capital fluminense.
- () O “**habitat**” a que se refere o texto é a Floresta da Tijuca.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. (X) C • C • C • C • E • C • E • C
- b. () C • C • E • E • C • E • E • C
- c. () C • E • C • E • E • C • C • E
- d. () E • E • E • C • C • E • E • C
- e. () E • E • E • E • C • C • E • E

4. Ainda com base no texto, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, uma palavra invariável que liga orações ou palavras da mesma oração, e uma palavra invariável que liga um termo dependente a um termo principal, estabelecendo uma relação entre ambos.

- a. (X) mas – entre
- b. () entre – antes
- c. () antes – maior
- d. () fluminense - fauna
- e. () maior – fluminense

5. Identifique abaixo as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

- () As palavras “história” e “vítimas” seguem a mesma regra de acentuação gráfica.
- () As vírgulas em “A Floresta da Tijuca, no coração do Rio, serve...” são opcionais.
- () Em “Para retornar à natureza...” a crase é obrigatória.
- () Em “Por que apostar em tática tão arriscada na Tijuca”, o “Por que” poderia ser substituído por “Por quê” sem alterar o significado e sem ferir a norma culta da língua portuguesa escrita.
- () A forma plural de “habitat” é “habitates”.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V • F • F • V • F
- b. () V • F • F • F • V
- c. () F • V • V • F • F
- d. () F • F • V • V • V
- e. (X) F • F • V • E • F

Legislação

15 questões

6. De acordo com o Estatuto Geral das Guardas Municipais, são princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

1. uso progressivo da força
2. patrulhamento ostensivo
3. compromisso com a evolução social da comunidade

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () É correta apenas a afirmativa 2.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

7. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

- a. () O Código de Trânsito Brasileiro rege apenas o trânsito nas vias terrestres urbanas, abertas à circulação, do território nacional, estadual ou municipal.
- b. () Os órgãos e as entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à mobilidade urbana, com ações integradas abrangentes que facilitem o deslocamento das pessoas.
- c. () Os danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro não poderão ser imputados aos órgãos e as entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito.
- d. (X) As praias abertas à circulação pública e as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas são consideradas pelo Código de Trânsito Brasileiro como vias terrestres.
- e. () Consideram-se vias terrestres urbanas as avenidas, os logradouros, as estradas e as rodovias, e vias terrestres rurais apenas os caminhos e as passagens que serão regulamentados de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

8. Assinale a alternativa que indica **corretamente** a qual estrutura administrativa do município de Florianópolis pertence a Guarda Municipal.

- a. () À Secretaria Municipal de Cidadania, Trânsito e Defesa Pública, órgão da administração direta.
- b. (X) À Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão, órgão da administração direta.
- c. () À Secretaria Estadual de Defesa do Cidadão, órgão da administração indireta.
- d. () À Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Civil e Justiça e Cidadania, órgão da administração direta.
- e. () Ao Ministério de Segurança Pública, Justiça e Defesa do Cidadão, órgão da administração direta.

9. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, são objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

1. estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento.
2. fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito.
3. estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

10. Assinale a alternativa que corresponde à função que somente poderá ser ocupada por Guarda Municipal estável, cujo comportamento demonstre capacidade de liderança, conhecimento cultural adquirido e reúna condições de desenvolvimento de relações positivas para o aperfeiçoamento dos serviços, fiscalizando e atuando como elo entre as respectivas chefias e subordinados, escolhidos dentre os Guardas Municipais de maior tempo de serviço.

- a. () Guarda Municipal Aspirante e Guarda Municipal Agente
- b. () Guarda Municipal Inspetor e Guarda Municipal Subinspetor
- c. () Guarda Municipal Superintendente e Guarda Municipal Almirante
- d. (X) Guarda Municipal Chefe de Setor e Chefe de Operações
- e. () Guarda Municipal Diretor Geral e Guarda Municipal Subdiretor Geral

11. Assinale a alternativa **correta** sobre as normas gerais de circulação e conduta de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

- a. (X) Os veículos que se deslocam sobre trilhos terão preferência de passagem sobre os demais, respeitadas as normas de circulação.
- b. () O condutor não poderá efetuar ultrapassagem sobre os veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, os de polícia, os de fiscalização e operação de trânsito e as ambulâncias.
- c. () O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos poderá ocorrer para que se adentre ou se saia dos imóveis ou com o propósito de ultrapassar um veículo de transporte coletivo que esteja parado, efetuando embarque ou desembarque de passageiros.
- d. () O condutor que tenha o propósito de ultrapassar um veículo em interseções e suas proximidades deverá reduzir a velocidade, dirigindo com atenção redobrada, ou parar o veículo com vistas à segurança dos pedestres.
- e. () O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação far-se-á pelo lado esquerdo da via, admitindo-se as exceções devidamente sinalizadas.

12. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

- a. () As guardas municipais são instituições de caráter militar, uniformizadas e armadas cuja atribuição é de proteção municipal preventiva.
- b. () Compete às guardas municipais a proteção de bens, serviços, instalações e os logradouros públicos municipais, estaduais e federais.
- c. () Somente o brasileiro nato poderá ser investido em cargo público na guarda municipal.
- d. () A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará linha telefônica de número 135 e faixa exclusiva de frequência de rádio aos Municípios que possuam guarda municipal.
- e. (X) Mediante consórcio público, os municípios limítrofes podem utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

13. Assinale a alternativa que indica **corretamente** a hierarquia no desenvolvimento das atividades típicas de Guarda Municipal.

- a. () Os Guardas Municipais Superintendentes terão hierarquia sobre os Guardas Municipais Aspirantes, estes sobre os Guardas Municipais Agentes, estes sobre os Guardas Municipais Inspetores e estes sobre os Guardas Municipais Subinspetores.
- b. (X) Os Guardas Municipais Superintendentes terão hierarquia sobre os Guardas Municipais Inspetores, estes sobre os Guardas Municipais Subinspetores, estes sobre os Guardas Municipais Agentes e estes sobre os Guardas Municipais Aspirantes.
- c. () Os Guardas Municipais Aspirantes terão hierarquia sobre os Guardas Municipais Inspetores, estes sobre os Guardas Municipais Subinspetores, estes sobre os Guardas Municipais Agentes e estes sobre os Guardas Municipais Superintendentes.
- d. () Os Guardas Municipais Subinspetores terão hierarquia sobre os Guardas Municipais Inspetores, estes sobre os Guardas Municipais Superintendentes, estes sobre os Guardas Municipais Aspirantes e estes sobre os Guardas Municipais Agentes.
- e. () Os Guardas Municipais Superintendentes terão hierarquia sobre os Guardas Municipais Subinspetores, estes sobre os Guardas Municipais Inspetores, estes sobre os Guardas Municipais Agentes e estes sobre os Guardas Municipais Aspirantes.

14. Assinale a alternativa que corresponde ao órgão competente para promover o registro obrigatório das armas de fogo de uso restrito.

- a. () Polícia Civil
- b. () Polícia Federal
- c. (X) Comando do Exército
- d. () Comando da Guarda Municipal
- e. () Comando Geral da Polícia Militar

15. Assinale a alternativa **correta** em relação ao registro de arma de fogo.

- a. () O registro de arma de fogo no órgão competente somente será obrigatório ao interessado em obter permissão para portar arma de fogo em território nacional.
- b. () Emitido pelo Exército, o certificado de registro de arma de fogo possui validade apenas no território correspondente à circunscrição do órgão emissor.
- c. () O certificado de registro de arma de fogo, quando emitido pela Polícia Federal, autoriza o seu beneficiário a portar arma de fogo em todo o território nacional.
- d. (X) O certificado de registro de arma de fogo autoriza o seu proprietário a manter a arma exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses.
- e. () O certificado de registro de arma de fogo, com validade de três anos, deverá ser emitido pelas forças armadas nacional e, quando expedido, autoriza o seu beneficiário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou no seu local de trabalho.

16. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto do Desarmamento.

- a. () Os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento são insuscetíveis de liberdade provisória.
- b. () Os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios que incidirem na prática do crime de comércio ilegal de arma de fogo terão a pena reduzida pela metade.
- c. () A prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino de arma de fogo, quando exercido em residência particular, não caracteriza o crime de comércio ilegal de arma de fogo.
- d. () Aquele que vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente pratica o crime de omissão de cautela.
- e. (X) O tráfico internacional de arma de fogo tem a pena aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

17. Assinale a alternativa **correta** de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais de Florianópolis.

- a. (X) É vedada ao servidor a prestação de serviços públicos gratuitos à Administração Pública Municipal.
- b. () A remuneração paga ao servidor municipal aposentado ou em disponibilidade é denominada vencimento.
- c. () Lotação é a declaração oficial de que o cargo se encontra vago, a fim de que seja provido um novo titular.
- d. () Por meio da posse, a Administração Pública Municipal faz a designação da pessoa para que seja provida no exercício do cargo ou da função pública.
- e. () O desligamento do servidor do cargo que ocupa ou função que desempenha dá-se por meio de disponibilidade.

18. Assinale a alternativa **correta** sobre a estabilidade e o estágio probatório, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais de Florianópolis.

- a. () A avaliação especial de desempenho como condição para aquisição da estabilidade é um processo sigiloso e que dispensa o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- b. () São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo ou em comissão decorrentes de concurso público.
- c. (X) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- d. () O servidor que, durante o estágio probatório, for investido em cargo de provimento em comissão que não guarde similitude com as do cargo efetivo será avaliado com base nas atribuições inerentes ao cargo comissionado.
- e. () O servidor público estável, ou seja, aprovado na avaliação especial de desempenho, somente poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

19. Assinale a alternativa **correta** acerca do processo administrativo disciplinar, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais de Florianópolis.

- a. () O prazo para a conclusão do processo disciplinar será de trinta dias, contados da data de publicação do ato de constituição da comissão, vedada a sua prorrogação.
- b. (X) As reuniões e as audiências da comissão terão caráter reservado, em local apropriado, delas só podendo participar quem for convidado, por decisão de seus membros.
- c. () O processo disciplinar será conduzido por um único servidor público estável, que deverá cumular as funções de presidência, secretariado e investigação, caso não sejam designados mais membros para tais encargos.
- d. () O presidente da comissão do processo administrativo disciplinar será indicado pela autoridade competente, e deverá ter nível de escolaridade igual ou inferior ao do servidor que responderá ao processo.
- e. () O ilícito praticado pelo servidor que ensejar a imposição de penalidade de advertência, de suspensão, de demissão ou de destituição de cargo em comissão deverá ser apurado através de processo de sindicância.

20. Assinale a alternativa que corresponde ao prazo para o servidor entrar em exercício após a sua posse, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais de Florianópolis.

- a. () 5 dias
- b. () 10 dias
- c. (X) 15 dias
- d. () 30 dias
- e. () 60 dias

Coluna
em Branco.
(rascunho)

Noções de Direito

(20 questões)

Direito Administrativo

5 questões

21. No que concerne aos princípios administrativos, é **correto** afirmar:

- a. () O princípio da supremacia do interesse público engloba tanto o interesse público primário quanto o secundário em detrimento de interesse do particular.
- b. (X) Os princípios do contraditório e da ampla defesa são aplicáveis a todos os tipos de procedimentos administrativos, tais como desapropriação, licitação, concurso público e processo administrativo disciplinar.
- c. () No Direito Administrativo, baseado no princípio da legalidade, somente a lei é considerada fonte direta, impedindo, assim, que a Administração Pública estabeleça deveres e proibições fundada em jurisprudência ou súmula vinculante.
- d. () O princípio da legalidade consagra a subordinação da atividade administrativa aos ditames legais, ou seja, a Administração Pública pode desempenhar suas funções, limitando-se ao que não seja vedado em lei.
- e. () Em respeito ao princípio da motivação dos atos administrativos, a eficácia do ato administrativo está condicionada à apresentação anterior, por escrito, dos fundamentos fáticos e jurídicos que justificam a decisão adotada.

22. Em relação à Administração Pública, é **correto** afirmar:

- a. (X) A Administração Pública sempre pode atuar de ofício, sem necessidade de provocação da parte interessada.
- b. () Existem competências da Administração Pública que só podem ser desempenhadas mediante provocação do interessado.
- c. () O Estado atua no domínio econômico como agente normativo e tem a prerrogativa de explorar diretamente qualquer atividade econômica por meio das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d. () A anulação e revogação de um ato administrativo não pode ser exercida diretamente pela própria Administração Pública, necessitando de autorização judicial, sob pena de prejudicar terceiros.
- e. () Os concessionários e permissionários de serviço público, mesmo particulares, que não fazem parte da administração direta ou indireta, exercem atos da administração pública e, portanto, fazem parte da Administração Pública.

23. Assinale a alternativa **correta** em relação ao controle dos atos administrativos.

- a. () Não é possível o controle de legalidade prévio de um ato administrativo, mas apenas posteriormente a sua realização.
- b. () Os Tribunais de Contas são órgãos de auxílio ao poder executivo no exercício do controle das entidades da administração direta e indireta.
- c. () O Poder Legislativo pode exercer função de controle dos atos administrativos apenas pela criação das comissões Parlamentares de Inquérito.
- d. () Um interessado que visa a anulação de ato administrativo lesivo ao seu patrimônio deve esgotar a via administrativa para só após buscar a tutela do poder Judiciário.
- e. (X) Os Tribunais de Contas têm competência para fiscalização de quaisquer entidades públicas ou privadas que utilizem dinheiro público, incluindo as contas do Ministério Público, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

24. Assinale a alternativa **correta** sobre licitações e contratos administrativos.

- a. () Licitação é o procedimento administrativo pelo qual a administração pública convoca interessados em fornecer bens ou serviços, estabelecendo uma competição a fim de celebrar contrato com quem oferecer o menor preço.
- b. () As sociedades de economia mista, por serem consideradas pessoas jurídicas de direito privado, não estão sujeitas ao dever de licitar para a compra de bens móveis e imóveis.
- c. (X) Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.
- d. () A licitação é um procedimento formal e discricionário submetido a oportunidade e conveniência de sua realização e a contratação do vencedor do certame.
- e. () O concurso para provimento de cargo público é a modalidade de licitação em que concorrem, em igualdade de condições, os interessados, de acordo com a respectiva ordem de classificação, mediante os critérios objetivos de avaliação previstos no edital.

25. Assinale a alternativa **correta** com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000:

- a. () É objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal definir normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, não tendo incidência sobre a seguridade social.
- b. () A despesa total com pessoal da União, Estados e Municípios não poderá exceder os percentuais de 60% da respectiva receita corrente líquida.
- c. () É vedada a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, constituindo a concessão em ato de improbidade administrativa.
- d. (X) A Lei de Responsabilidade Fiscal regulamenta artigos da Constituição Federal e cumpre as funções de estabelecer normas gerais em matéria de finanças públicas e cria limites ao gasto com funcionalismo público.
- e. () Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que ultrapose o exercício em que deva entrar em vigor.

Direito Constitucional

5 questões

26. Assinale a alternativa **correta** com relação aos direitos e garantias fundamentais.

- a. () A Constituição Federal, ainda que estabeleça que todos sejam iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegura apenas aos brasileiros natos e naturalizados a validade e o gozo dos direitos fundamentais.
- b. () Apenas as pessoas físicas são titulares dos direitos fundamentais, já que as pessoas jurídicas não podem ser beneficiárias dos direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal.
- c. (X) São assegurados na Constituição Federal, como direitos fundamentais, que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- d. () A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação do juiz, do Ministério Público ou de autoridade administrativa.
- e. () Diante da supremacia do interesse público sobre o particular, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada a indenização por danos ao particular apenas se comprovado abuso por parte da autoridade pública.

27. No âmbito dos direitos e garantias individuais, é **correto** afirmar:

- a. () Os direitos fundamentais não se aplicam às relações privadas, onde prevalece o princípio da autonomia de vontade.
- b. () Os direitos fundamentais dispõem de caráter absoluto, não encontrando limites nos demais direitos consagrados na Constituição Federal.
- c. () Normas constitucionais relativas a direitos e garantias fundamentais são sempre autoaplicáveis, não carecendo de regulamentação para a produção de eficácia imediata.
- d. () A liberdade de expressão, prevista como um dos mais relevantes direitos fundamentais, tem a característica de ter proteção total, sem exceções.
- e. (X) Os direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal não são ilimitados, uma vez que encontram seus limites nos demais direitos igualmente consagrados pela Constituição.

28. Assinale a alternativa **correta** a respeito da política urbana.

- a. () O direito urbanístico é matéria submetida à competência concorrente da União e dos Municípios, por meio do plano diretor.
- b. () Se um particular ocupa por mais de 10 anos um bem público, sem manifestação alguma da Administração, ele pode adquirir a propriedade do terreno por usucapião.
- c. () As desapropriações de imóveis urbanos necessárias para dar execução ao plano diretor devem ser feitas com a indenização em dinheiro a ser paga em até 30 dias após a emissão na posse.
- d. (X) O Poder Público municipal pode, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.
- e. () O plano diretor é uma lei municipal obrigatória para todas as cidades. Deve ser aprovado pela Câmara Municipal, definindo o zoneamento, as condições e os requisitos para autorização de edificações, o sistema viário, as atividades passíveis de serem desenvolvidas em cada zona, etc.

29. Assinale a alternativa **correta** considerando o que dispõe a Constituição Federal sobre a organização, competência e atribuições do Poder Judiciário.

- a. () Considera-se coisa julgada a decisão judicial de que não caiba mais recurso, assim considerada aquela proveniente de decisão dos tribunais superiores do Poder Judiciário.
- b. (X) Os membros do Poder Judiciário possuem a garantia da inamovibilidade, assegurando que somente serão removidos por iniciativa própria, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão adotada pelo voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- c. () A Constituição Federal prevê a possibilidade de se definir ou criar tribunal ou juízo excepcional para julgar caso acontecido antes da sua criação, visando garantir a segurança jurídica em casos de grande repercussão nacional, como nos casos de ato terrorista.
- d. () O Supremo Tribunal Federal é o órgão máximo do Poder Judiciário, conhecido como guardião da Constituição Federal e, nessa condição, dispõe de competência exclusiva para afastar a aplicação de leis que considerar inconstitucionais.
- e. () Nos crimes de responsabilidade, os membros do Conselho Nacional de Justiça são processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

30. Sobre a Nacionalidade, é **correto** afirmar:

- a. (X) São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- b. () São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c. () São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d. () A Constituição Federal não permite que a lei estabeleça distinção entre brasileiro nato e naturalizado, podendo ambos exercer cargos públicos, exceto os de Presidente e Vice-Presidente da República que são privativos de brasileiros natos.
- e. () Brasileiro que adquire outra nacionalidade perde a nacionalidade brasileira, já que a Constituição Federal não admite hipóteses de dupla nacionalidade.

Direito Penal

5 questões

31. Sobre crimes hediondos, é **correto** afirmar:

- a. () Para ser considerado hediondo o crime deve ter sido consumado, pois não se admite a configuração de crime hediondo tentado.
- b. () Em caso de sentença condenatória por crime hediondo, o réu não poderá recorrer em liberdade.
- c. (X) A Constituição Federal menciona que os crimes hediondos são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, não definindo, contudo, quais são os delitos hediondos.
- d. () O Brasil adotou o sistema aberto de definição dos crimes hediondos, ou seja, a lei não define de forma taxativa quais são os crimes hediondos.
- e. () O tráfico de drogas, a tortura e o terrorismo são crimes hediondos e, portanto, devem receber tratamento penal e processual penal mais rigoroso.

32. Sobre os crimes contra a Administração Pública, é **correto** afirmar:

- a. () O crime de peculato não admite a modalidade culposa.
- b. () Extraviar documento de que tem a guarda em razão de cargo é crime punível na modalidade culposa.
- c. () Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo caracteriza-se como crime de prevaricação.
- d. (X) Exigir para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, caracteriza-se como crime de concussão.
- e. () Deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, caracteriza-se como crime de condescendência criminosa.

33. Quanto à inimputabilidade penal, é **correto** afirmar:

- a. (X) Aquele que pratica uma ação ou omissão tipificada como crime no código penal, depois de reconhecida a sua inimputabilidade, fica isento de pena.
- b. () Aquele que pratica uma ação ou omissão tipificada como crime no código penal, depois de reconhecida a sua inimputabilidade, fica absolvido da pena.
- c. () Aquele que pratica uma ação ou omissão tipificada como crime no código penal, depois de reconhecida a sua inimputabilidade, não pratica crime algum.
- d. () Aquele que pratica uma ação ou omissão tipificada como crime no código penal, mesmo depois de reconhecida a sua inimputabilidade, não fica isento da pena.
- e. () Aquele que pratica uma ação ou omissão tipificada como crime no código penal, depois de reconhecida a sua inimputabilidade, fica absolvido do crime e isento de pena.

34. Com relação ao porte de arma de fogo, segundo o que estabelece o Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826/03, é **correto** afirmar:

- a. () Qualquer pessoa, preenchidos os requisitos legais, poderá requerer e portar arma de fogo, devidamente registrada em solo brasileiro.
- b. (X) Os guardas municipais, nos municípios de 50.000 e menos de 500.000 habitantes poderão ter porte de arma, quando em serviço, preenchido os demais requisitos em lei.
- c. () Os guardas municipais, nos municípios de 5.000 até 50.000 habitantes poderão ter porte de arma, quando em serviço, preenchido os demais requisitos em lei.
- d. () Os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais poderão portar arma de fogo desde que fornecida pela respectiva corporação ou instituição, quando em serviço.
- e. () O guarda municipal poderá portar arma de fogo, independentemente do número de habitantes da cidade, preenchidos os demais requisitos em lei.

35. Assinale a alternativa **correta** quanto à Lei 4.898/65, que trata do abuso de autoridade.

- a. () A Lei 4.898/65 foi revogada pela Constituição Federal de 1988 e os casos que se caracterizam como abuso de autoridade estão limitados ao Código Penal.
- b. () O ato praticado pelo servidor público, no exercício ou não de sua atividade pública, que ferir o direito de ir e vir de qualquer pessoa, desde que em excesso, configura crime, podendo responder não só na esfera criminal, mas na civil e administrativa.
- c. () O ato praticado pelo servidor público, no exercício de sua atividade pública, que ferir o direito de ir e vir de qualquer pessoa, desde que em excesso, configura crime, podendo responder também na esfera administrativa, mas não na civil, posto que naquela esfera prevalece a responsabilidade objetiva do estado.
- d. () O ato praticado pelo servidor público, no exercício de sua atividade pública, que ferir o direito de ir e vir de qualquer pessoa, desde que em excesso, configura crime, podendo responder também na esfera civil, mas não na administrativa.
- e. (X) O ato praticado pelo servidor público, no exercício de sua atividade pública, que ferir o direito de ir e vir de qualquer pessoa, desde que em excesso, configura crime, podendo responder não só na esfera criminal, mas na civil e administrativa.

Direito Processual Penal

5 questões

36. Quando o delito deixar vestígios, é **correto** afirmar:

- a. (X) Não sendo possível a realização do exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- b. () O exame de corpo de delito é sempre obrigatório nesses casos, para a prova da autoria e materialidade do crime.
- c. () O exame de corpo de delito é sempre obrigatório nesses casos, para a prova da autoria e materialidade do crime, podendo ser suprida pela confissão do acusado.
- d. () O exame de corpo de delito é sempre obrigatório nesses casos, para a prova da autoria e materialidade do crime, não podendo ser suprida por nenhuma outra espécie de prova.
- e. () O exame de corpo de delito não faz parte do rol de provas do processo penal.

37. Quanto ao inquérito policial, é **correto** afirmar:

- a. () É peça informativa que reúne indícios ou não de crime e é indispensável para o oferecimento da denúncia.
- b. () É peça informativa e judicial que reúne indícios ou não de crime e é indispensável para o oferecimento da denúncia.
- c. (X) É peça informativa que reúne indícios ou não de crime e deverá acompanhar a denúncia sempre que esta fizer menção ao inquérito policial.
- d. () É peça informativa da fase inicial da persecução penal e em atenção ao princípio da oralidade, não é necessário em peças formais por escrito, podendo ser apresentada por gravação.
- e. () É peça informativa e judicial que reúne indícios ou não de crime e é peça dispensável para o oferecimento da denúncia.

38. Quanto à ação penal no Código de Processo Penal Brasileiro, é **correto** afirmar:

- a. () A ação penal pública incondicionada depende de representação da vítima.
- b. (X) A ação penal pública incondicionada é a regra, podendo haver a ação penal pública condicionada à representação, a ação penal privada subsidiária da pública e a ação privada.
- c. () A ação penal pública incondicionada é a regra, podendo haver a ação penal pública condicionada à representação, a ação penal privada subsidiária da pública, inexistindo ação penal privada.
- d. () A ação penal pública incondicionada e a ação penal pública condicionada à representação são a regra, admitindo-se, ainda, a ação penal privada, na forma da lei.
- e. () A ação penal pública condicionada à representação é a regra, admitindo-se tanto a ação penal pública incondicionada e a ação penal privada como exceção.

39. O indiciamento é o ato pelo qual se aponta determinado suspeito como autor de uma infração penal, diante da comprovação da materialidade da infração e dos indícios convincentes de que o indiciado seja o autor.

Sobre a competência para realizar o indiciamento das infrações penais, exceto as militares, segundo o Código de Processo Penal, é **correto** afirmar:

- a. () É ato privativo do Juiz de direito.
- b. () É ato privativo da polícia ostensiva.
- c. () É ato privativo do Promotor de Justiça.
- d. (X) É ato privativo da autoridade da polícia judiciária.
- e. () É ato concorrente entre a autoridade policial e o Promotor de Justiça.

40. Quanto ao Código de Processo Penal e à atuação do Ministério Público, é **correto** afirmar:

- a. () O Promotor só poderá manifestar-se pelo arquivamento do inquérito se antes houver a anuência do Delegado de Polícia.
- b. () Somente o Delegado de Polícia é que poderá determinar o arquivamento do inquérito, uma vez que é autoridade máxima da fase inquisitorial.
- c. () O Promotor pode opinar pelo arquivamento do inquérito e o juiz discordar, determinando que o Promotor proponha a ação penal, quando ele (o juiz) entender que há indícios de autoria e materialidade do crime.
- d. () O Promotor pode determinar o arquivamento do inquérito quando entender que não há indícios de autoria e materialidade de crime e o juiz automaticamente deve acolher o requerimento ministerial.
- e. (X) O Promotor pode opinar pelo arquivamento do inquérito, quando entender que não há indícios de autoria e de materialidade de crime e o juiz, caso não concorde, pode remeter os autos de inquérito à Procuradoria Geral de Justiça que analisará se oferece a denúncia, ou insistirá no arquivamento, ficando, desse modo, o juiz obrigado a acatar o pedido.



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>